

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 15ª Reunião Ordinária - 15/09/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (T)
Cooperativa de HOLAMBRA	Petrus Weel (S)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CETESB	Maurício Magossi (S)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
INEVAT	Cláudia Grabher (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
Cooperativas de Holambra / HC2	Geraldo G. J. Eysink (T)
CIESP - SBO	Jerry Willians de Moraes (S)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SMA / CBRN	Natália Gomes F. Branco (T)
SR Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)
UNICAMP	André Munhoz de Argollo Ferrão (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Kaique Duarte Barretto Leonardo L. Baumgratz Marina Peres Barbosa

CATI	Melissa Lucheti Sampaio
PM de Cordeirópolis	Fábio Luiz Cassiano
PM de Itu / CIS	Reginaldo Santos
PM de Holambra Diretoria de Meio Ambiente	Nilson Marconato

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Convocação (ATA, pauta e anexos): A pauta e os respectivos anexos da reunião, além da minuta das atas das 13ª e 14ª Reuniões Ordinárias foram enviados previamente aos membros do GT-Mananciais através de mensagem eletrônica para leitura, correções e sugestões. **2. Abertura da reunião (Item 1 da pauta):** A abertura da reunião foi feita às 9:25 h pelo Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro), coordenador do GT-Mananciais, agradecendo o empenho de todos por saírem de suas casas e trabalho para colaborar com a causa dos Recursos Hídricos. Como faz costumeiramente solicitou para que todos os presentes rapidamente se apresentassem. **3. Secretaria: Item 2 da pauta - Leitura e aprovação das atas anteriores e Informes Gerais:** As minutas das atas referentes às 13ª e 14ª Reuniões Ordinárias foram aprovadas por unanimidade sem qualquer sugestão ou correção. Os técnicos da CATI, Eng. Denis e Eng. Henrique comentaram sobre o lançamento no dia 25 de setembro do Projeto de PSA do município de Piracicaba, mais uma boa notícia dentro do contexto do GT-Mananciais. O Sr. Luiz Sertório (Fundação Florestal) comunicou sobre curso de combate a incêndios também no dia 25 de setembro em Itirapina (APA Rio Claro) e enfatizou a importância deste tipo de treinamento para períodos críticos como este que estamos enfrentando de total escassez de chuvas. Incêndios em áreas florestais são extremamente complexos e de difícil combate. O Sr. Ricardo (AFOCAPI) comunicou a todos sobre curso no dia 03 de outubro sobre restauração de áreas com aproveitamento econômico, também de fundamental importância como estímulo a maiores investimentos em restauração florestal com possibilidade de retorno econômico. O secretário João Demarchi (IZ/APTA) comunicou a realização do Fórum - Conservação e Recuperação do Solo e da Água no dia 19 de setembro

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 15ª Reunião Ordinária - 15/09/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

na FEC/UNICAMP em Campinas. Os Srs. Fábio Luiz Cassiano (Pref. Municipal de Cordeirópolis) e Reginaldo Santos (CIS / Itu) manifestaram interesse em participar mais efetivamente do GT-Mananciais, sendo esta solicitação acolhida e seus respectivos nomes incluídos na lista de e-mails do GT. A lista final de membros indicados pelas respectivas CT-RN e CT-Rural deverá ser finalizada na próxima reunião. Novamente salientada a troca de e-mails da Agência de Bacias PCJ e dos Comitês de Bacias PCJ. Devemos prestar atenção no envio correto das comunicações. Ainda há problemas com o e-mail da CT-RN. O calendário do GT-Mananciais e do GT-Procedimentos PSA previsto é: 21/09 GT-Procedimentos (Agência PCJ em Piracicaba); 03/10 - GT-Procedimentos (IZ - sala João Demarchi); 20/10 - 16ª Reunião Ordinária GT-Mananciais + 7ª Reunião Extraordinária da CT-RN + 8ª Reunião Extraordinária do CT-Rural numa Reunião Conjunta a ser realizada no IZ (Anfiteatro) para aprovação das alterações propostas para a Política; 24/10 - envio do conteúdo final para a Agência PCJ e 24/11 Reunião CT-PL para aprovação das alterações na Política de Mananciais antes da plenária dos Comitês PCJ que será realizada em dezembro. **4. Item 3 da pauta – Reapresentação do Projeto Mananciais de Charqueada/São Pedro:** O Sr. Denis (CATI) fez a apresentação do projeto salientando algumas questões como a importância da escolha correta dos membros da UGP e das condições para que a mesma tenha um bom funcionamento. A Eng. Melissa Sampaio (CATI) também estava presente para complementação de questões locais, já que a mesma está diretamente envolvida com o projeto. Foi criada uma ZEPa (Zona Especial de Proteção Ambiental) através de projeto de lei nº 42/2017, já que a bacia de interesse está dentro de uma área de expansão urbana. A prefeitura de Charqueada está ciente da necessidade de preservação dessa área de do enfrentamento dos interesses econômicos para urbanização desta bacia. Como as áreas de interesse estão em dois municípios, novamente foi discutida a questão da dificuldade e os impedimentos legais para transferência de recursos financeiros de um município para outro e da crescente demanda por formação de consórcios intermunicipais.

Alguns produtores ainda tem receio em assinar os documentos de anuência, ou simplesmente deixam de lado essa questão. Novamente entrou em discussão se precisamos exigir área mínima da bacia ou número mínimo de produtores, já que algum grande produtor pode não aderir e interferir de forma significativa no resultado final de intervenção na bacia de interesse para abastecimento. Nesta bacia há um grande produtor que está sob litígio judicial e inventário para divisão dos bens entre diversos primos, e por isso os proprietários tem recusado participar do projeto. As constantes protelações com relação ao CAR e ao PRA são considerados fatores determinantes nessa dificuldade. Precisamos tomar alguma atitude com relação a este fato, enviando pelo menos um ofício à presidência dos Comitês para providências e encaminhamentos pertinentes. Ninguém acredita muito em leis e que o governo vá cumprir suas determinações de prazos. Há sempre a expectativa de prorrogação. Há uma grande diversidade no perfil dos produtores rurais. E os sindicatos, qual a atuação deles nestas questões? São influentes, tem real preocupação com os produtores associados? São questões também importantes para serem discutidas. Com relação à essa diversidade dos produtores, a ABMRA (Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio) apresentou resultado de uma pesquisa onde 24% são produtores rurais mais inteirados sobre novas tecnologias e que utilizam com certa frequência recursos e serviços da internet. Se mantêm sempre informados através dos meios de comunicação e nas redes de relacionamento sobre tendências, novas técnicas e novos produtos desenvolvidos no agronegócio, não só em eventos do setor. Participam de programas de fidelidade; 34% pertencem ao segmento que vê na agricultura e pecuária atividades empresariais que visam o lucro. São engajados e atentos à todas e quaisquer novidades no setor, portanto, participam de eventos, feiras e convenções. Têm ampla experiência no setor e mais do que estarem informados, eles procuram implementar novas tecnologias e técnicas desenvolvidas para o agronegócio. Este segmento entende que inovação é importante para o crescimento do negócio e aumentar sua rentabilidade e 42% tem um perfil de produtor rural

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 15ª Reunião Ordinária - 15/09/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

que preserva hábitos antigos, que tem maior resistência à utilização de novos recursos e vêm a atividade como algo que se passa de pai para filho. Mais do que um negócio, a propriedade é uma extensão de suas raízes, da sua história, e deve ser administrada pelo proprietário (www.abmra.org.br/pesquisa.pdf). Apesar da Câmara de Vereadores de São Pedro estar participando da UGP, a prefeitura, apesar da situação hídrica crítica, não tem manifestado interesse em participar do projeto, por mais controverso que seja esta posição. O desenvolvimento e aperfeiçoamento do funcionamento dos COMDEMA's e ou COMDER's são de extrema importância e precisam ser alvo de atenção dos Comitês PCJ, mais especificamente o grupo de trabalho do GT-Mananciais. Endossou a posição do necessário desenvolvimento rural e da preservação ambiental serem ações concomitantes e integradas. Também há necessidade de buscar recursos financeiros para conservação de solos (subvenções e financiamentos), através do registro do projeto no Programa Nascentes (Banco de Projetos e de Áreas), TCRA's, empresas de Charqueada, PSA, SABESP, etc. Precisamos atuar em relação a SABESP, já que a mesma é a principal usuário! O MP pode ajudar com os TAC's e TCRA's. Precisa haver investimento em comunicação e Educação Ambiental para que toda a sociedade local esteja atenta e atuante no projeto, e não apenas os produtores diretamente envolvidos. Há uma terceira bacia estratégica, e, portanto, pode-se pensar em atuar através da Secretaria de Turismo de São Pedro, Sindicatos Rurais, ONG's (Viva Mata), etc. Essa área faz parte da APA Itirapina / São Pedro. Levantou-se a questão do Programa Município Verde Azul ter diretrizes em comum com as da APA. Como esta o Conselho da APA? Foi considerado que é muito importante que sejam feitas capacitações como forma de incentivo ao bom funcionamento dos Conselhos das UC, bem como do COMDEMA. Levantou-se a possibilidade de envio de ofícios da CT-RN para os prefeitos locais como também sobre os problemas do CAR. Essa região tem solos com alta declividade e alta erodibilidade, o que acentua os problemas e as necessidades de preservação com manejo correto. O projeto foi aprovado com algumas ressalvas, sendo que

os técnicos da CATI solicitaram abstenção por estarem diretamente envolvidos com o projeto. As ressalvas foram feitas pelo Eng. Agr. Nelson (Terceira Via) com relação ao COMDEMA e o Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) sobre a garantia de continuidade do projeto em função dos pontos críticos apresentados. **5. Item 4 da pauta – Resultados parciais do Projeto Nascentes de Holambra:** O Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) e o Sr. Nilson Marconato (Diretoria de Meio Ambiente de Holambra) fizeram uma explanação sobre os fatos ocorridos durante a execução dos projeto em Holambra. Segundo o Sr. Petrus o projeto Nascentes Holambra é um conjunto somatório de diversos projetos, baseado no projeto de estudo de disponibilidade e demandas hídricas da ONG Suprema, Política de Mananciais (PCJ/CODASP, 101 PIPs R\$ 550.000,00); Projeto Nascentes (SMA - R\$ 694.000,00, CAR); CATI - assistência técnica; ANA (170 biodigestores, 43 km de estradas, 120 ha terraceados, 280 ha de sulcamento de áreas - total de R\$ 2.000.000,00); Banco de Brasil (12 ha de plantio de árvores, 40 ha de nascentes R\$ 800.000,00). No diário oficial foram indicados pelo governo as pessoas técnicas para acompanhar o projeto. Nenhum técnico da Holambra estava na lista. Todo o Projeto Nascentes de Holambra foi induzido politicamente de cima para baixo com execução imediata e ainda sem PIPs. A UGP não conseguiu fazer sua função, porque não receberam por muito tempo as informações sobre os PIPs em andamento pelo CODASP, nem os programas de execução dos serviços. Não sabemos se por sigilo ou incompetência. O plantio das árvores não foi bem pesquisado e conduzido, restando ainda algumas áreas para plantio. Os outros trabalhos como os biodigestores, os serviços da CODASP na recuperação das estradas, terraços, curvas de nível; cacimbas de captação de água nas estradas e terras sulcadas foram um sucesso. Este é um pequeno relato do Projeto dos Nascentes Holambra. O resultado é um bom com aumento da retenção de água, apesar da forma desorganizada e as vezes fora das regras normais da Política. Obs. Estudar simplificar muito os PIPs (usar todos os dados já disponíveis no CAR, LUPA, EMBRAPA, ITR, Google, contratos com bancos e registros nos cartórios, Prefeituras, etc.). O

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 15ª Reunião Ordinária - 15/09/2017 – 9-13 h

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa - SP

início dos projetos deve ser feita de forma participativa e com o envolvimento de todos os atores. A UGP precisa de fato acompanhar a execução do projeto, senão a qualidade dos resultados pode deixar a desejar. Espera-se que a qualidade dos PIPs nos próximos trabalhos da CODASP seja superior ao obtido em Holambra. O Sr. Nelson comentou novamente sobre os altos valores dos projetos executados (PIP's) e sobre este assunto o Dr. Henrique (CATI) lembrou do exaustivo trabalho feito pela empresa que prestava serviços para a Agência de Bacias PCJ e ficou demonstrado que os valores contratados estão em pleno acordo com a realidade. Esses dados precisam ser novamente disponibilizados para todos os membros do GT-Mananciais. Portanto, parece meio sem sentido novamente discutirmos esse assunto. Também foi lembrado que os TR's precisam ser bem detalhados para que os serviços prestados estejam em pleno acordo com as demandas. PIP's simplificados podem levar a uma menor qualidade do diagnóstico e das proposições para o planejamento das propriedades e da bacia como um todo. Lembrado também que a visão de diferentes técnicos apresenta peculiaridades que precisam ser evitados, com uma visão única e completa independente do técnico contratado. A validação do CAR está parada!

6. Procedimentos Metodológicos referentes ao Programa II - Pagamentos Por Serviços Ambientais (Item 5 da pauta):

Não foram feitas atualizações em função do avanço horário. **7. Outros Assuntos e Palavra Aberta - Item 6 de pauta:** Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro) lembrou a necessidade de agendarmos uma reunião com a ARES PCJ para discussão da cobrança nas contas de água e esgoto de valores a serem repassados para os projetos de PSA em função das limitações impostas pela legislação relativa ao Saneamento. Devem participar desse subgrupo os membros: Denis, Demarchi, Petrus, João Baraldi, Fernando Ruiter e o MP (Dr. Rodrigo e Dr. Ivan). **8. Encerramento - Item 7 da pauta:** Não havendo mais perguntas ou comentários, o coordenador da reunião Dr. João Baraldi agradeceu a presença de todos, encerrando-se a reunião às 13:00 h.

Anexo: GT - Procedimentos - Programa II - PSA:
Entre a 14ª (18/08) e a 15ª (15/09) Reuniões Ordinárias

do GT-Mananciais foram realizadas duas reuniões do grupo denominado GT-Procedimentos para PSA, respectivamente nos dias 24 (14B) e 31 (14C) de agosto. Discutiu-se especialmente a definição de que o Edital a ser lançado em 2018 será para os Programas I e II, podendo haver transposição de recursos entre os dois programas. O Sr. Leonardo (Agência PCJ) preparou um documento modelo com a legislação de PSA para ser anexada à Política. Os pagamentos e o monitoramento das execuções devem ser feitos de forma semestral e precisam de grande atenção da UGP. A mensuração dos ganhos hídricos e florestais devem ser feitos através do estímulo à parcerias com as Universidades e Instituições de Pesquisa. O Plano de Sustentabilidade do Projeto precisa ser apresentado, ainda que haja dificuldade de para criação de um modelo. Fazer o link da Política com o Programa Município Verde Azul e a CT-EA para aplicação de técnicas de capacitação, engajamento, participação e motivação de membros e dos conselhos como um todo. Essa atualização ainda não apresentará um modelo de pagamentos por serviços ambientais pela falta de tempo para uma discussão mais aprofundada. Cada preponente apresentará o modo de pagamento aos produtores. O Programa II não terá mais as subdivisões em três modalidades propostas.

João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN